

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO A SER ANALISADO

## ANALYSIS OF THE PLAN FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT

Rosalir Viebrantz\*

Vera Lucia Felicetti\*

Marília Costa Morosini\*\*

Patrícia Somers\*\*\*

\* - Doutorandas em Educação/  
PUCRS na Universidade do Texas  
– Austin r.viebrantz@hotmail.com  
verafelicetti@ig.com.br

\*\* - Pesquisadora Produtividade  
CNPq. Professora do Programa  
de Pós-Graduação em Educação/  
PUCRS. Coordenadora no Brasil  
do Programa Conjunto CAPES  
UTexas Qualidade da Educação  
Superior.  
marilia.morosini@puers.br

\*\*\* - Researcher Fulbright Coordination  
Higher Education Administration - Department of  
Educational Administration in  
the University of Texas at Austin.  
Coordenadora nos USA do Programa  
Conjunto CAPES UTexas  
Qualidade da Educação Superior.  
pasomers@mail.utexas.edu

### *Resumo*

Este artigo apresenta o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em especial o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (TPE), de modo sucinto, a fim de proporcionar uma leitura objetiva do que vem a ser tais Planos. Também aponta algumas ações que estão sendo realizadas pelo Ministério da Educação Brasileira para que o PDE, bem como o TPE tenham sucesso. Analisa alguns fatores intervenientes em certos pontos do PDE, o que permite perceber a necessidade da participação da sociedade em geral, além da União Federal, dos Municípios, Distrito Federal e Estados, de modo que se efetive a melhoria na qualidade da Educação Básica no Brasil.

*Palavras-Chave:* Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Educação Básica.

### *Abstract*

This article presents the PDE (*Plano de Desenvolvimento da Educação* – Education Development Plan), in particular the Decree nº 6094 of

24 April 2007, which deals, in a succinct way, with the implementation of a TPE (*Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, Plan of Education towards a Commitment to All Goals), so as to provide an objective reading of these plan. The plan also shows some actions being taken by the Brazilian Ministry of Education to make the PDE and the TPE successful. It discusses some intervening aspects of the PDE, which enables one to realize the need for the participation of society, as well as the Federal Union, Municipalities, the Federal District, and states, in order to effect an improvement in the quality of Basic Education in Brazil.

*Key words*: Education Development Plan, Fundamental Education.

## **Introdução**

Neste trabalho, aborda-se de forma objetiva o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2008), que é a conjunção de esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da Educação Básica.

Em setembro de 2005, representantes da iniciativa privada, educadores, economistas, comunicadores e gestores públicos da educação passaram a se reunir para discutir caminhos e alternativas para a efetivação do direito à educação pública de qualidade no Brasil. Assim nasceu o compromisso Todos Pela Educação (TPE), uma mobilização nacional aberta à participação de todos em prol de uma meta comum, acima de interesses classistas, corporativistas ou político-partidários. Não se tratou de uma ação específica de uma organização, muito menos uma campanha publicitária com objetivos comerciais. E contou com o apoio de nomes de peso, como Milú Villela, do Itaú Cultural; Viviane Senna, do Instituto Ayrton Senna; Ana Maria Diniz, do Pão de Açúcar; Jorge Gerdau, da Gerdau; e José Roberto Marinho, da Rede Globo.

O objetivo do Todos Pela Educação é efetivar o direito à educação pública de qualidade, garantindo as condições de acesso, permanência, conclusão e sucesso escolar para as crianças e jovens brasileiros, até 2022. Hoje, escola para todos ainda não significa educação para todos. O Plano convida cada ci-

dadão a fazer sua parte – de forma integrada e sinérgica – para que até 2022, bicentenário da Independência do Brasil, toda criança e jovem tenham uma educação de qualidade. A educação é um dos instrumentos de independência.

## **Retrospectiva – histórica**

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico nesse período se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instalação, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, um grupo de educadores (25), que fazia parte dos intelectuais brasileiros, lançou um manifesto ao povo e ao Governo que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação. Propunham a reconstrução educacional, de grande alcance e de vastas proporções, [...] um plano com sentido unitário e de bases científicas [...] (AZEVEDO, 1932). O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 (BRASIL, 1934). O Art. 150 declarava ser competência, da União, fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a execução, em todo o território do país. Atribuía também competência ao Conselho Nacional de Educação, organizado em forma de lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais.

Percebe-se que todas as constituições posteriores, com exceção da carta de 37, incorporaram, implícita ou explicitamente, a ideia de um Plano Nacional de Educação. Havia subjacente o consenso de que o plano deveria ser fixado por lei, e a ideia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada (BRASIL, 1937).

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961 (BRASIL, 1961; 1962). Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura; a iniciativa foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação. O plano era um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas em oito anos. Em 1965, foi feita uma revisão, em que foram introduzidas normas descentralizadas e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

Em 1967, novamente a ideia de uma lei ressurgiu, a qual foi proposta pelo Ministério da Educação e Cultura, e debatida em Encontros Nacionais de Planeamentos, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar (BRASIL, 1967).

Cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, com a Constituição Federal de 1988, ressurgiu a ideia de um plano nacional em longo prazo, como força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O artigo 214 contempla esta obrigatoriedade.

Já a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina nos artigos 9º e 87º, respectivamente, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Define ainda que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em concordância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos (BRASIL, 1996).

O projeto de Lei nº 4.155/1998 (BRASIL, 1998) aprovava o Plano Nacional de Educação. A construção deste plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em defesa da escola pública, onde sua participação nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação – (CONED) e sistematizou contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil contemplando dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais, embasados nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária.

No ano 2000, foi aprovado o Plano Nacional de Educação e teve como prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público.

O contexto atual da educação nacional faz parte do nosso cotidiano, por isso deter-se-á, neste momento, ao estudo do Plano de Desenvolvimento da Educação.

## **Plano de Desenvolvimento da Educação**

O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma educação de qualidade. Partindo deste princípio, representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais e gestores públicos se uniram no movimento Todos Pela Educação (TPE) – uma aliança que tem como objetivo garantir educação básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022. O TPE não é um projeto de uma organização específica; é um projeto de Nação. É uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é corresponsável e se mobiliza, em sua área de atuação, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em síntese, Todos pela Educação é uma organização social que tem por objetivo garantir o direito a uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros. Possui como estratégias de ação a sensibilização do país para o tema, o monitoramento da educação, o fomento ao debate e o estímulo à formação de agendas locais de acompanhamento, cobrança e apoio. A força deste programa está na articulação de esforços da sociedade civil, empresas e governos, de forma a criar a sinergia necessária para a superação do quadro atual da educação no Brasil, por meio de ações concretas e eficazes.

Esse Plano foi elaborado *porque* o descaso histórico com que a educação tem sido tratada no Brasil, mais do que uma percepção equivocada em relação ao sistema de ensino e seus integrantes, reflete a falta de compromisso das elites públicas e privadas com o direito de cada cidadão a ter acesso a oportunidades efetivas de desenvolvimento do seu potencial pessoal, social

e produtivo. Enquanto a educação ocupar apenas o 7º lugar na lista de prioridades dos brasileiros (IBOPE, 2006), estará colocando em risco o presente e o futuro de milhões de brasileiros e do país. É nesse contexto que surge o Todos Pela Educação (TPE), que passa a ter uma oportunidade histórica de mudar esse quadro e alinhar esforços para o cumprimento de um direito de todos os brasileiros: uma educação de qualidade. Os esforços de cada setor – empresas, governos e sociedade civil –, se isolados, não serão suficientes para promover o salto necessário ao nosso país. De acordo com Delors, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal e social e “é um dos principais meios disponíveis, para procurar uma forma de desenvolvimento humano, mais profunda e harmoniosa, e, assim, diminuir a pobreza, a exclusão, a opressão, a ignorância e a guerra” (2001, p. 46).

Partindo de uma visão crítica da presente situação da qualidade do ensino no país, Todos Pela Educação (TPE) pretende atuar de maneira construtiva, criativa e solidária, na ampliação e qualificação da demanda e na melhoria da oferta, fazendo com que essa causa seja parte integrante da consciência social, atuando em três frentes: monitoramento, mobilização e comunicação. Essa atuação acontecerá por meio das seguintes estratégias de ação: De Olho na Educação; Ação e Compromisso; Comitês; Agência de Notícias; Divulgação da Causa. A proposta é que, ao formalizarem suas adesões, as pessoas, instituições e governos se comprometam a agir em prol da educação. O comitê nacional do Todos Pela Educação (TPE) está fisicamente localizado em São Paulo, porém sua atuação é nacional, fortalecida pelos comitês regionais e alianças setoriais. Para alcançar a educação de que o Brasil precisa, foram definidas Cinco Metas<sup>1</sup> específicas, compreensíveis e focadas em resultados mensuráveis, que devem ser atingidas até 7 de setembro de 2022:

### **Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos estarão na escola**

Esta meta se refere ao acesso e à permanência; ou seja, até 2022, 98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estarão e/ou deverão estar na escola. Em 2005, 72% das crianças frequentavam a Educação Infantil, 97% o Ensino Fundamental e 81% o Ensino Médio. Embora o Brasil tenha alcançado um notável progresso no acesso ao Ensino Fundamental, não pode ser ignorado que pelo menos uma a cada quatro crianças entre 4 e 7 anos encontrava-se fora da pré-escola e que 19% dos jovens não estavam matriculados no Ensino Médio. Já se sabe que o acesso, permanência e sucesso escolar influenciam

<sup>1</sup> - Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&system\\_as=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&system_as=1). Acesso em 12 de abril de 2009.

diretamente, de forma positiva, o futuro das crianças e jovens. Um ano a mais na escola pode representar, por exemplo, até 15% de acréscimo na renda de uma pessoa ao longo da vida. O Governo através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep<sup>2</sup>, realiza o Censo Escolar, que é o mais relevante e abrangente levantamento estatístico sobre a Educação Básica no país. Os dados do Censo 2008 mostram 0,4% a mais na matrícula total da Educação Básica de 2008 em relação ao ano de 2007, representando um aumento em 203.940 alunos. Tais informações contribuem para o cálculo de indicadores como o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que serve como referência às metas do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE.

### **Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos**

A meta que se refere à alfabetização prevê que até 2010, 80% e, até 2022, 100% das crianças de 8 anos de idade estarão e/ou deverão estar plenamente alfabetizadas. Meta esta que terá que vencer os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano 2006 (Pnad 2007, In: O GLOBO, 25/09/2008), onde, das crianças com 7 anos, 29% não sabiam ler e escrever, mesmo sendo 90,8% delas estudantes; e dos 8 a 14 anos, 5,4% delas são analfabetas. A alfabetização efetiva das crianças e jovens é pré-condição para seu sucesso na escola. É, ainda, muito importante que a alfabetização aconteça em idade apropriada, caso contrário o processo de aprendizagem poderá ser irremediavelmente comprometido. Os critérios operacionais para o acompanhamento desta meta precisarão ser definidos mais à frente, em função da implantação de avaliação da alfabetização, proposta no escopo do Plano de Desenvolvimento da Educação.

### **Meta 3 – Todo aluno aprenderá o que é apropriado para a sua série**

Esta meta está diretamente relacionada com a qualidade do ensino, ou seja, até 2022, 70% dos alunos aprenderão e/ou deverão aprender o que é apropriado para a sua série. O grande esforço pela universalização do ensino não foi acompanhado pelo empenho e investimentos necessários para garantir sua qualidade. Aproveitamento baixo no processo de ensino e de aprendizagem, que as avaliações têm atestado, foi um resultado desse descompasso. A qualidade da educação, portanto, apresenta-se como o grande desafio do Brasil nesse começo de século, uma vez que ela promove crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social. Além disso, a

<sup>2</sup> - Informações estatísticas que abrangem todas as etapas da Educação Básica podem ser encontradas em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09\\_02.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09_02.htm). Acesso em 16 de maio de 2009.

<sup>3</sup> - Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news07\\_01.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news07_01.htm). Acesso em 15 de maio de 2009.

qualidade da educação, ao lado do acesso, é um direito de todas as crianças e jovens. Políticas educacionais de ações têm sido realizadas a fim de assegurar a qualidade do ensino na Educação Básica. Dentre tais ações, destaca-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb<sup>3</sup>), o qual é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A primeira é realizada em cada unidade da Federação e é por amostragem das redes de ensino, e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. A Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações; já a segunda é mais detalhada e extensa que a Aneb e seu foco é em cada unidade escolar. Recebe o nome de Prova Brasil devido ao seu caráter universal. Através das informações do Saeb, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais podem definir ações voltadas à correção das distorções e debilidades identificadas nas redes de ensino. Portanto, o Saeb é um mecanismo que vem contribuir para a melhoria na qualidade de ensino na Educação Básica.

#### **Meta 4 – Todo aluno concluirá o Ensino Fundamental até os 16 anos de idade e o Ensino Médio até os 19 anos**

Até 2022, 95% dos alunos vão e/ou deverão concluir o Ensino Fundamental até os 16 anos de idade e 90% o Ensino Médio até os 19 anos. A quarta meta é relacionada à correção de fluxo e conclusão dos ciclos escolares. Atualmente, apenas 52% dos alunos concluíram o Ensino Fundamental até os 16 anos, e 35% terminaram o Ensino Médio até os 19 anos. Essa meta tem como pressuposto a redução das taxas atuais de evasão e repetência do Brasil, que figuram entre as mais altas do mundo. Esta meta parece ser complicada, pois de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano 2006 (Pnad 2007), o Brasil possui 2,4 milhões de analfabetos entre 7 e 14 anos de idade, destes, 2,1 milhões (87,2%) frequentavam a escola. Do montante de 1,3 milhão de pessoas de 8 a 14 anos que não sabem ler e escrever, 84,5% está matriculada em alguma turma de Ensino Fundamental ou Médio, e 1,1 milhão de crianças e adolescentes que estão nas salas de aula são consideradas analfabetas (CALDAS, MELO, WEBER, ALMEIDA, In: O GLOBO, 25/09/2008). Para diminuir tais taxas, ações como Brasil Alfabetizado vêm sendo desenvolvidas.

## Meta 5 – O investimento em educação deve ser garantido e gerido de forma eficiente e ética

Até 2010, mantendo até 2022, o investimento público na Educação Básica será equivalente a 5% do PIB. A quinta meta propõe que o investimento em Educação Básica, necessário para o cumprimento das demais metas, passe de 3,5% para 5% do PIB, aliado à garantia de uma gestão eficaz e ética. Um estudo realizado pelo INEP, em setembro de 2008, apurou o investimento total<sup>4</sup> em educação no Brasil nos últimos sete anos; esses estão indicados no quadro abaixo, e indicam um avanço significativo no investimento em direção aos 5% do PIB até 2010.

<sup>4</sup> - Investimento total corresponde a pessoal ativo e seus encargos sociais, a ajuda financeira aos estudantes, como bolsas de estudos e financiamento estudantil, despesas com pesquisas e desenvolvimento, transferências ao setor privado, estimativa para complemento da aposentadoria futura de pessoal ativo (cota patronal), além de outras despesas correntes e de capital.

Ano	Percentual do Investimento Público Total em Relação ao PIB						
	Total	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Terciária
De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais						
2000	4,7	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,8	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,8	3,8	0,4	1,7	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,3	0,5	0,8
2005	4,5	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,9
2006	5,0	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8

Fonte: Inep/MEC

Quadro elaborado pela DTDIE/Inep. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08\\_26.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08_26.htm). Acesso em 16 de maio de 2009.

O TPE acredita que o PDE pode contribuir decisivamente para a melhoria da educação, através da participação e do acompanhamento ativo das iniciativas, visando à continuidade das políticas públicas, sempre a partir da perspectiva de que apenas um projeto de Nação poderá garantir o cumprimento das 5 Metas.

## Os principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação

Identifica-se a seguir os principais pontos do PDE, descrevendo de forma sucinta cada um deles, bem como o que é e quais seus objetivos. E diante de tais pontos, pode-se conjecturar inúmeros aspectos, porém no escopo deste texto, apenas dois serão discutidos: o ponto Brasil Alfabetizado e a Inclusão Digital.

<b>PLANO</b>	<b>O QUE É</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>Criação do Ideb</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que vai de zero a 10 anos e leva em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar.	Identificar cidades com pior ensino, que receberão auxílio federal, até atingir nota 6 até 2022.
<b>Dinheiro da Escola</b>	Dar às escolas que atingirem as metas do Ideb uma parcela extra, referente a 50% dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	Incentivar as escolas a melhorarem seu desempenho.
<b>Provinha Brasil</b>	Avaliação dos alunos de 6 a 8 anos.	Verificar se as crianças estão se alfabetizando e corrigir problemas, com aulas de reforço.
<b>Transporte Escolar</b>	Criação de linhas de financiamento do BNDES de R\$ 600 milhões.	Facilitar a aquisição de veículos escolares por prefeituras e empresas.
<b>Universidades Federais</b>	Mais verbas às universidades que ampliem vagas ou estimulem cursos noturnos.	Dobrar as vagas, hoje em 580 mil.
<b>Brasil Alfabetizado</b>	Professores da rede pública com turno livre vão receber bolsa de R\$ 250,00 para alfabetizar.	Melhorar o nível salarial dos professores e a qualidade do programa.
<b>Luz para Todos</b>	Programa para levar energia elétrica às escolas.	Garantir energia em todas as escolas do país. Hoje, 18 mil escolas não têm eletricidade.

<b>Piso Salarial<sup>5</sup>/ Magistério</b>	Fixa um piso salarial mínimo para os professores de escolas públicas com jornada semanal de 40 horas.	Alcançar, gradualmente, até 2010 um piso salarial de R\$ 850,00.
<b>Pós-Doutorado</b>	Bolsas para doutores recém-formados.	Evitar a fuga de cérebros para o Exterior.
<b>Biblioteca na Escola</b>	Investir R\$ 17,5 milhões na ampliação e atualização das bibliotecas de 17 mil escolas.	Garantir acesso a obras literárias a 7,7 milhões de alunos até 2008.
<b>Educação Profissional</b>	Criação de Institutos Federais de Educação Tecnológica.	Reorganizar o sistema de ensino profissionalizante.
<b>Proinfância</b>	Investimento de R\$ 800 milhões entre 2008 e 2010 na Educação Infantil.	Ampliar e qualificar a rede de creches e pré-escolas.
<b>Gosto de ler</b>	Estimular o estudo da leitura e escrita.	Competição com alunos de Ensino Fundamental de 80 mil escolas.
<b>FIES</b>	Criar novos polos de Ensino Superior a Distância.	Dar formação a milhares de professores sem Curso Superior.
<b>FUNDEB</b>	Criar acesso facilitado – Fies: mais prazo para pagar ProUni: mais bolsas de estudo.	Para as instituições de Ensino Superior que aderirem ao ProUni, o Projeto de Lei prevê o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários.
<b>Estágio</b>	Regulamentação da lei do estágio.	Determinar, entre outras questões, a jornada máxima do estudante e o papel da instituição de ensino, do ofertante do estágio e do poder público.

<sup>5</sup> - Disponível em: <http://www.fo-mezero.gov.br/noticias/lula-sanciona-piso-salarial-para-professores-do-magisterio/?searchterm=None>. Acesso em 12 de abril de 2009.

<b>Salas Multifuncionais</b>	É um espaço organizado com equipamentos de informática.	Apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado.
<b>Censo pela Internet</b>	Novo censo escolar terá detalhes individuais de cada aluno.	Educacenso: gestores conhecerão detalhes da educação no Brasil.
<b>Inclusão Digital</b>	Todas as escolas públicas terão computadores.	O MEC vai distribuir computadores para todas as escolas públicas até 2010. Serão gastos cerca de R\$ 650 milhões nas 130 mil escolas em mil microcomputadores.
<b>Saúde nas Escolas</b>	Alunos receberão atendimento sem sair de casa.	Garantir o atendimento de saúde a alunos e professores a fim de prevenir doenças e tratar outros males comuns à população escolar.
<b>Professor Equivalente</b>	Contratações de professores nas universidades federais.	Criação de um banco de vagas docentes.
<b>Cidades - Polo</b>	Brasil ganhará 150 novas escolas federais profissionais.	Um total de R\$ 500 milhões serão investidos por ano para manutenção e implantação do quadro de pessoal das escolas. E, aproximadamente, R\$ 750 milhões destinados à construção das novas unidades.
<b>Concurso</b>	Concursos ampliam quadros do FNDE e da rede profissional.	Novos concursos públicos para educação tecnológica.

<b>Olhar Brasil</b>	Crianças com dificuldade visual ganharão óculos.	Estimular os alunos da rede pública a não abandonar os estudos devido a problemas de visão.
<b>Programa mais Educação</b>	Os alunos terão mais atividades e mais tempo de escola.	O programa vai ampliar o tempo e o espaço educativo dos alunos da rede pública.
<b>Guia de Tecnologias</b>	Boas práticas para reforçar a Educação Básica.	Aproveitar as melhores experiências em tecnologias educacionais para qualificar a Educação Básica.
<b>Acessibilidade</b>	Universidades terão núcleos para definir ações de inclusão.	Universidades Federais farão adequação para pessoas com deficiência.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1>. Acesso em 24 de junho de 2007.

Sem dúvida alguma, os pontos acima listados constituem-se caminhos que podem proporcionar a melhoria na qualidade de ensino da Educação Básica. Porém, os desafios são muitos. E segundo Demétrio Weber (2008), que comenta o pronunciamento do ministro da Educação Fernando Haddad a respeito do Educação para Todos, o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e não estão perto de atingir as metas do EPT até 2015<sup>6</sup>. De acordo com esse autor, os principais desafios brasileiros são: a qualidade do ensino e a redução do analfabetismo entre jovens e adultos, onde ambos os desafios estão diretamente relacionados com a capacitação/qualificação dos professores. O programa Brasil Alfabetizado, objetiva a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos até 2017.

No entanto, os caminhos traçados para que isso de fato ocorra parecem divergir, pois o trabalho de voluntários e bolsas-auxílio permeiam o contexto da alfabetização brasileira.

Para o trabalho do professor, alfabetizador de jovens e adultos, o governo disponibilizou uma verba para o programa, em 2009, de R\$ 200 milhões, sendo esta repassada a Estados e Municípios, responsáveis pela co-

<sup>6</sup> - Prazo acordado na Conferência Mundial de Educação em Dacar, Senegal, em 2000, que reuniu 164 países.

ordenação das turmas. E os alfabetizadores recebem uma bolsa que varia de R\$ 250,00 a R\$ 500, 00, repassados diretamente pelo MEC (FNDE, 2009). Questiona-se aqui por que os alfabetizadores recebem uma bolsa? Esses profissionais não são professores, ou pelo menos deveriam ser?

E nesse mesmo Plano de Desenvolvimento da Educação, o ponto que se refere ao piso salarial do magistério fixa um piso salarial mínimo para os professores de escolas públicas com jornada semanal de 40 horas, que deverá ser alcançado até 2010 em R\$ 850,00<sup>7</sup>. A partir do momento que os professores, com 20 horas semanais, passam a fazer parte da proposta Brasil Alfabetizado, aumentam a carga horária para 40 horas de jornada no magistério, criando aí uma contradição: bolsa *versus* piso salarial mínimo. No plano, diz que os alfabetizadores de jovens e adultos,

são selecionados entre professores das redes públicas e voluntários com formação mínima de nível médio. A participação de professores das redes públicas na alfabetização de jovens e adultos visa, ainda, melhorar o nível salarial da categoria, especialmente no Nordeste, onde cerca de 62% dos professores trabalham 20 horas semanais e têm um turno livre, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNDE/MEC, 2009).

Outra relevante questão é a seleção de voluntários para trabalharem com a educação de jovens e adultos, uma vez que o documento do Conselho Nacional de Educação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) indica que:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para *todo e qualquer professor*, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim, esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. *Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista, e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer* (BRASIL, 2000, p. 56). (grifo nosso)

É apontada ainda, no documento, a necessidade de uma docência que leve em conta as particularidades do ensino de jovens e adultos, tanto da diversidade cultural, de trabalho, quanto da necessidade de currículos adequados e, especialmente, de metodologias.

<sup>7</sup> - A partir de 1.º de janeiro de 2009, os professores passarão a receber dois terços da diferença do salário atual e dos R\$ 950 instituídos pelo piso salarial. A integralidade do piso será paga a partir de 1.º de janeiro de 2010. “Essa é a primeira distinção que resgata a missão dos professores para o desenvolvimento do país.” Disponível em: <http://www.fome-zero.gov.br/noticias/lula-sanciona-piso-salarial-para-professores-do-magisterio/?searchterm=None>. Acesso em 12 de abril de 2009.

E em face da complexidade da tarefa de ensinar, Maués (2007) reforça esta ideia dizendo que a formação docente deve estar alicerçada em uma sólida formação teórica, o que não é possível acontecer se o processo de formação docente for aligeirado, ou, segundo Brito (2006), limitada ao âmbito do tecnicismo. Nesse sentido, Nóvoa (2006) diz que o professor não pode ser somente um técnico executante, mas sim um profissional que (re)pensa sua prática. Faz-se, então, necessária uma formação consolidada em pressupostos teóricos, visto que estes possibilitam a ampliação da leitura crítica da realidade.

Portanto, a formação inicial do professor representa um espaço no qual ele vivencia questões preliminares do exercício docente e, logo, há de ser reconhecida como base na trajetória da aprendizagem desses profissionais.

A preparação docente pressupõe uma formação ampla, além de ser um objeto de saber das Ciências da Educação; é também, uma atividade que exige diversos saberes, ou seja, bases do saber-ensinar não se remetem apenas a aspectos cognitivos, conteúdos em si, mas também a questões existenciais, sociais e pragmáticas que contribuem para a autonomia docente (TARDIF, 2002; CONTRERAS, 1997).

O dia-a-dia do docente alfabetizador exige deste, além do domínio de conhecimentos gerais sobre o ensinar e o aprender, saberes específicos sobre o processo de aquisição da língua escrita. Logo, tratando de alfabetização, o professor deve dominar os conteúdos de Língua Portuguesa a serem ensinados, bem como os conteúdos iniciais de Matemática e principalmente as formas para ensiná-los, bem como o conhecimento dos processos de aprendizagem dos alunos (MOURA, et. al., 2006). É relevante destacar aqui os estudos de Laffin (2008), nos quais se observa o fato de que muitos trabalhos acadêmicos, por ela analisados, denunciam práticas de EJA que não correspondem às suas particularidades e à necessidade de condições de formação docente correspondentes às exigências da Educação de Jovens e Adultos.

Observa-se nessa breve interlocução teórica a relevância da formação inicial do professor a fim de melhor consubstanciar a alfabetização, e junto a essa formação têm-se os saberes que são construídos no dia-a-dia da prática escolar. O fazer docente tem papel fundamental na educação, portanto, não pode ser remetido a voluntários e nem a bolsas-auxílio como forma de remuneração.

Quanto ao ponto Inclusão Digital, entende-se a inserção de todos na sociedade da informação, ou seja, a democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC). Nesse sentido, o PDE entende a neces-

sidade da inclusão digital a todos os estudantes das redes públicas de educação, onde o Ministério da Educação (MEC) distribuirá computadores para todas as escolas públicas até 2010. Após equipar as escolas de Ensino Médio em 2007, o MEC quer ampliar o acesso à tecnologia nas instituições públicas de 5ª a 8ª séries e, posteriormente, 1ª a 4ª séries (BRASIL, 2008).

Diante do mundo globalizado e do avanço tecnológico a passos largos, pode-se acreditar que o uso de computadores nas escolas é um investimento necessário em prol da melhoria da qualidade educacional dos alunos.

No entanto, estudos como de Dwyer (2007) afirmam ter constatado que, entre alunos da mesma classe social, os que sempre usam o computador para elaboração das tarefas têm pior desempenho. Isso evidencia que o uso do computador não é fator determinante a uma melhoria significativa no desempenho estudantil. Pode ser necessário, devido ao advento da sociedade de informação, mas não é suficiente. Assim, observam-se alguns aspectos em relação ao ponto Inclusão Digital: será que todos os professores da rede pública estão capacitados a fazer uso dos computadores em suas escolas de forma pedagogicamente viável a fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem? Nossa experiência docente evidencia que não. Ou seja, um grande número de professores das redes públicas de ensino ainda não integra o mundo dos imigrantes digitais (PRENSKY, 2001), logo não estão preparados para atender a uma demanda, sejam alunos da geração digital (LEÃO, 2005) ou não.

Vários outros aspectos em relação à inclusão digital podem ser discutidos, como, por exemplo, que a mesma esteja integrada aos conteúdos curriculares, o que requer uma adequada reelaboração do projeto pedagógico e grade curricular, mas volta-se atenção ao docente, uma vez que o professor vem a ser o elo para um bom uso dos computadores nos laboratórios escolares. Não basta ter computadores nas escolas, mas a qualificação dos profissionais para o uso dos mesmos é essencial, dentre os inúmeros aspectos que envolvem tal contexto.

Poder-se-ia discorrer aqui uma série de aspectos em cada ponto do PDE, pontuando-os tanto de forma positiva quanto negativamente, entretanto a intenção do trabalho não é esta, mas sim chamar a atenção da importância de um estudo mais intenso e aprofundado dos prós e contras que podem intervir para o desenvolvimento e sucesso do Plano de Desenvolvimento da Educação. A menção ao Brasil Alfabetizado e à Inclusão Digital foi apenas um ensaio dessas possibilidades.

Enquanto a luta e o trabalho pela causa da educação de qualidade para todos não fizerem parte, efetivamente, da consciência social, a má qualidade do ensino será um fenômeno aceito com resignação e passividade pelo conjunto da população. No entanto, consciência social se adquire na escola ou pelo menos é um caminho. Por essa razão, o Todos Pela Educação é um movimento nacional em prol de uma agenda comum, que se encontra acima de interesses classistas, corporativistas ou político-partidários. Esse movimento tem a proposta de atravessar mandatos e unir gerações. É preciso vencer a cultura burocrático-corporativa, bem como o clientelismo fisiológico, que os dirigentes políticos frequentemente costumam fazer da educação, tornando a política educacional um mero capítulo da política eleitoral.

As Cinco Metas propostas pelo Compromisso Todos Pela Educação, além de marcos que traduzem aonde se quer chegar como Nação, são diretrizes para instituições e pessoas dispostas a promover, acompanhar, apoiar e cobrar a implementação de projetos e políticas para a educação. Cada projeto, programa ou política, que vise à melhoria da educação brasileira, deve se questionar se está contribuindo para que: toda criança e jovem de 4 a 17 anos esteja na escola. Toda criança de 8 anos saiba ler e escrever. Todo aluno aprenda o que é apropriado para sua série. Todo aluno conclua o Ensino Fundamental e o Médio. O investimento na Educação Básica seja garantido e bem gerido. Para que cada uma das metas seja alcançada, é fundamental a participação efetiva de toda a sociedade, pois, como se viu no texto acima, medidas estão sendo tomadas, mas a complexidade e os desafios para que se tornem eficazes são inúmeros, logo há a necessidade de uma participação global, a fim de se somar forças na direção da educação de qualidade para todos. E o conhecimento sucinto dos Planos acima apresentados pode intervir a esse favor.

## Considerações finais

O PDE, como se pode perceber no texto acima, foi escrito em tom otimista, mas entra Plano, sai Plano, e a educação brasileira continua lutando contra suas mazelas. De acordo com o e-educador<sup>8</sup> – Portal Colaborativo do Educador, o *ranking* de qualidade do ensino divulgado pelo Ministério da Educação pode ser comemorado porque se atingiu a meta prevista para

<sup>8</sup> - Portal e-educador – Disponível em: <http://e-educador.com/index.php/artigos-mainmenu-100/1921-brasil-ideb-o-que-diz-a-midia>. Acesso em 12 de abril de 2009.

2009. Entretanto, tem-se, ainda, um longo caminho a ser percorrido para que de fato se possa dizer que a educação brasileira vem apresentando melhoras significativas, uma vez que muitos estudantes oriundos da Educação Básica apresentam dificuldades elementares de leitura e escrita, como com a Matemática elementar. A melhoria, acima mencionada, pode ser atribuída a uma série de fatores: os esforços de governos para formar os professores e aprimorar os currículos; a valorização das metas; pressões de toda a sociedade para evitar o abandono; por questões demográficas, há menor taxa de natalidade, logo menos pressões por matrícula no Ensino Fundamental. O grande drama é que existe uma corrida. Fixou-se para 2022 atingirmos a meta dos países em desenvolvimento. Só que, nesse ano, esses países estarão mais avançados ainda. Assim sendo, os planos, por mais belos que sejam, se não existir vontade política bem como meios para implantação de suas metas, serão sempre um sonho que se sonhou por apenas um grupo de “iluminados”. Este Plano é apenas mais um dos tantos planos que o Brasil já teve, mas como nossa memória é “curta”, pensamos sempre que o plano atual é o melhor, o que vai “salvar a Pátria”, mas o que realmente é necessário é uma mudança cultural e estrutural em todos os níveis. Como isso pode ser viável em um país como o nosso? Acredita-se que a viabilidade da mudança está no contexto de cada escola, de cada comunidade, de cada núcleo familiar, de cada professor e aluno, ou seja, vencer o desafio educacional brasileiro passa pelo compromisso e pela ação de todos e de cada um.

Em suma, mesmo não abdicando da visão sistêmica da educação, é preciso verificar que o sistema como um todo tem que centrar sua energia na melhoria da qualidade da Educação Básica. Pois, todavia, é notável o baixo salário dos professores atuantes nesse nível de ensino, bem como a falta de infraestrutura das escolas, a burocracia da rede, entre muitos outros fatores que intervêm no processo educacional de nosso país.

## Referências

AZEVEDO, F. (Org). *A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo*. Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2008.

\_\_\_\_\_. *Constituição Brasileira de 1937*, promulgada em 10 de novembro de 1937. Brasília, DF. Fundação Projeto Rondon – Minter, 1986.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.024, de 20/12/1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 jan. 1961.

\_\_\_\_\_. MEC – CFE. Plano Nacional de Educação 1962. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XXXVIII, n. 88, out – dez, 1962, p. 108.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.155 de 10 de fevereiro de 1998. Plano Nacional de Educação*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 fev. 1998.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases Nacionais. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, n.º 248, 23/12/96, pp. 27833-27841.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: maio de 2000. Disponível em: <[http://www.mec.gov.br/cne/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://www.mec.gov.br/cne/pdf/PCB11_2000.pdf)>.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. *PDE – O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*/Fernando Haddad. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_. *PNDE – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO/CD/FNDE No 12 DE 03 DE ABRIL DE 2009*. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2009/res012\\_03042009.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res012_03042009.pdf). Acesso em 12 de abril de 2009.

BRITO, A. E. *Formação do docente alfabetizador: revelando as exigências e os desafios*. GT 02 – Formação de Professor IV Encontro de Pesquisa em Educação da Ufpi 2006. Disponível em: [http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT2/formacao\\_alfabetizador.pdf](http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT2/formacao_alfabetizador.pdf). Acesso em: 11 abr. 2009.

CALDAS, MELO, WEBER, ALMEIDA. IBGE: Qualidade de ensino é o principal desafio no combate ao analfabetismo. In: *O GLOBO online*, 25/09/2008.

CONTRERAS, José Domingo. *La autonomía del profesorado*. Madrid: Morata, 1997.

DELORS, Jacques (org.) (2001) *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO.

DWYER, Tom et al. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. *Educação & Sociedade*. vol. 28 n.º 101 Campinas: Sept./Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400003). Acesso em 12 de abril de 2009.

Editorial. Alunos do Rio apresentam deficiências em português e matemática. *O GLOBO*, 12/12/2008.

IBOPE. Opinião. *Instituto Paulo Montenegro e Compromisso Todos pela Educação*, em julho de 2006. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Instituto+Paulo+Montenegro&docid=8BA31BF94D4D75008325722800744713>. Acesso em 2008.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. *A Constituição da Docência na Educação de Jovens e Adultos*. ANPED: GT 18, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT18-2847--Int.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2009.

LEÃO, Lucia. *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: SENAC, 2005.

MAUÉS, Olgaíses. *As políticas de formação de professores: a “universalização” e a prática*. ANPED. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0423.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2007.

MOURA, Estegite Carvalho Leite et. al. FORMAÇÃO CONTINUADA: trilhando caminhos, construindo saberes na prática alfabetizadora. GT 01 – Formação de Professor IV *Encontro de Pesquisa em Educação da Ufpi* 2006. Disponível em: [www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT1/formacao\\_trilhando.pdf](http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT1/formacao_trilhando.pdf). Acesso em 12 de abril de 2009.

NÓVOA, Antônio. Palestra no Congresso Internacional sobre Formação de Professores e Prática Pedagógica na PUCRS em set. 2006.

PRENSKY, Marc. *Digital Natives, Digital Immigrants*. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2009.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WEBER, D. Desafio é melhorar acesso à educação por região e estratos sociais, diz Haddad. In: *O GLOBO Online*, 30/04/2008.